

Os desafios políticos para o desenvolvimento do ensino técnico básico e médio na Província da Zambézia-Moçambique

Adolfo Alexandre*

ORCID iD

<https://orcid.org/0009-0003-1433-7966>

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar e compreender as consequências das políticas educativas do ensino técnico profissional para a província da Zambézia. A questão central surge na medida em que hoje em dia em Moçambique nota-se a evolução do ensino secundário geral, diferentemente do ensino técnico, bem como a repercussão social e ideológica deste ensino. Isto Parece-nos que a política do governo na educação centra-se em ensinar o cidadão a ler e escrever e não a saber fazer. Na província, apesar dos investimentos e a atribuição de prioridade pelo governo, nota-se pouca procura pelo ensino técnico. A questão é saber Quais são as estratégias políticas do governo nacional e provincial no que tange a educação do ensino técnico profissional na província da Zambézia? O interesse do tema torna-se relevante visto que o ensino Técnico profissional na Província da Zambézia podia contribuir mais para o Desenvolvimento Local. Tal fato levou-nos a reconhecer que, às políticas em relação ao ensino técnico são desenhadas a nível nacional, e as direções provinciais recebem os planos e fazem cumprir mas não fazem esforços para adaptar os planos à realidade da província.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios; Políticos; Ensino Técnico; Desenvolvimento

The Political Challenges for the Development of Basic and Medium Technical Education in the Province of Zambézia

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze and understand the consequences of the educational policies of professional technical education for the province of Zambézia. The central issue arises insofar as nowadays in Mozambique one can see the evolution of general secondary education, unlike technical education, as well as the social and ideological repercussions of this education. This It seems to us that the government's education policy is centered on teaching citizens to read and write and not on how to do it. In the province, despite the investments and priority allocation by the government, there is little demand for technical education. The question is to know What are the political strategies of the national and provincial government regarding the education of professional technical education in the province of Zambézia? The interest of the theme becomes relevant since the professional Technical education in the Province of Zambézia could contribute more to Local Development. This fact led us to recognize that policies in relation to technical education are designed at the national level, and the provincial directorates receive the plans and enforce them, but do not make efforts to adapt the plans to the reality of the province.

KEYWORDS: Challenges; Politicians; Technical education; Development

Makatxamiho a mwelaponi veri wa okhomala sa Iskola innahusiha olapa miteko, wa eprovincia yoZambezia

NI MASU VAKHANI: Olakela wa masu arempwe mu ori osuwela ni wupuwelela mathanlelo a governu ahu veri wa iskola seiho innahusiha miteko nitho wona makhalelo anakhumelela n'mathanleloni mwemmo.

* Docente da Universidade Católica de Moçambique- Extensão de Gurué, Curso de Ciências Políticas, Governação e Relações Internacionais, especialização em Geopolítica e GeoEstratégia. E-mail: adolfoalexandre12@gmail.com

Mupuwelo ene yala anapatxherya mwa nthowa na wi, mahiku ahu yala, iskola secundaria metxhelo'ya annakhomala, ohiya iskola seiha innalotxahu, onahusiwamu miteko, tiwi iskola teknika. Mwa yela, mutxhu onona wi enapwana wi govern'ahu onnopuswela wahusiha atxhu walakhana ni okontara, ahipwathxaka wahusiha olapa nari opaka miteko. Mwa nthowa na yelatho, oZambesia wenno anaskola antxene anathanla iskola secundaria ethanyaka iskola onahusihiwamo miteko sohianahiana. Mupuwelo yala othene, annatannya, nikoheryo nla: Mupuwelo tani nari ephaka tani, governo a elapo yo Mosambique nari ya eProvincia yela yoZambesia onupuwelaye veri wa iskola seiha inahusiha olapa miteko? Txiri okhomala wa iskola seiha innahusiha miteko sahawela oruhwa okhomalatho wa elapo yela yoZambesia, tiva into innukhuwahu. Womaliherani wa mahusiho ahu, onnoneyavo wi malamulo othene a iskola seiha innahusiha miteko inarwa veri wa governo a elapo yothene yoMosambique, ohalakavo wi asitokwene a eprovincia yoZambesia yone makhalelo'ene a otaphulela ikano seiha veri wa makhalelo ni merelo a eprovincia yela.

MASU A NTHONYERO: Makatxamiho A Mwelaponi; Iskola Sa Mahusiho A Muteko; Winnuwa Wa Elapo

Introdução

O Ensino técnico profissional constitui um dos grandes pilares para responder às necessidades de mão-de-obra para os diversos sectores económicos. Em Moçambique as escolas técnicas existentes estão distribuídas nas capitais provinciais, com subdivisões nos distritos dessas. Recordar-se que no período colonial e nos anos 90 existiam escolas de artes ofícios ligadas às missões católicas. Após a independência e com o processo da nacionalização introduziu-se as escolas básicas e as escolas profissionais de carácter industrial e comercial, momento em que se verificou várias reformas ao nível do ensino técnico. Atualmente em Moçambique ao nível das escolas técnicas, observa-se um crescimento das escolas agrárias distribuídas em quase todo o país. Mas em relação às escolas básicas industriais pouco se nota. A sua evolução mostra uma lentidão, e a procura pela comunidade é quase inexistente.

Segundo MCTESTP, (2015, *Ministério da Ciência Tecnologia Ensino Superior Técnico Profissional*) as novas reformas de 2015, no sector da educação, criaram um desmembramento da gestão das escolas do ensino secundário geral e do ensino técnico profissional. Entretanto criou-se o Ministério da Ciência de Tecnologia, Ensino Superior e Técnico profissional (MCTESTP). Ação tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do sistema educativo Profissional em Moçambique.

A mesma fonte MCTESTP¹ (2015)¹ No entanto ao nível da província da Zambézia as escolas não dispõem de um subsistema que possa responder eficazmente aos

¹ MCTESTP- Ministério da Ciência Tecnologia Ensino Superior Técnico Profissional. Este Ministério foi criado a partir das novas reformas implementadas no novo Governo de Moçambique desde o ano de 2015, visto que antes era apenas Direcção Nacional de educação técnica profissional e Vocacional-DINET, que funcionava conjuntamente Educação. No entanto este subsistema tem como população alvo os jovens em

complexos desafios. Por isso para esta pesquisa interessa abordar sobre os desafios do ensino técnico na Província da Zambézia, uma vez que este ensino é alavanca para a formação e o desenvolvimento da Província e um vetor importante nos desafios do governo provincial na promoção do empreendedorismo.

A Metodologia usada neste artigo adota a abordagem qualitativa, onde o mecanismo de coleta de dados baseia-se, essencialmente, na revisão bibliográfica feita tendo como base documentos especializados e não especializados sobre a matéria. Onde vai-se tentar provar a hipótese, pesquisando o seguinte: Quais responsabilidades e poderes tem o Governo da província da Zambézia para adaptar política nacional à situação provincial? O quê o Governo da província de Zambézia faz para adaptar a política nacional em relação ao ensino técnico à situação na província? Quais conhecimentos e motivação tem o Governo da Província de Zambézia para adaptar a política nacional à realidade na província? Qual a opinião dos executores do ensino técnico sobre o funcionamento do Governo Provincial.

1.0 Ensino Técnico em Moçambique: a Implementação das Escolas Técnicas em Moçambique no tempo colonial.

O Boletim oficial de Moçambique nº17 (Lourenço Marques de 26 de Abril de 1930) regista que em 1799 foi criada a primeira escola primária na Ilha de Moçambique. Pouco depois uma Escola de formação profissional, Escolas de artes ofícios, a de Mossuril foi criada em 1889. Com o mesmo Boletim. A primeira Escola de Artes ofícios na Ilha de Moçambique foi criada em 1907 pelos padres Salesianos, e oferecia formação nas áreas das artes gráficas e da carpintaria.

1.1.Principais acontecimentos Políticos no Sistema Educativo no período Pós-colonial (1975-1982): A política do Novo Estado

Segundo Robate (2006) Moçambique torna-se independente no dia 25 de junho de 1975. Segundo Domingos (2015) desde que o país se tornou independente, uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo da Republica popular de Moçambique para corrigir os “males” detectados no sistema educativo colonial, sobretudo a discriminação social-racial na educação, foi a nacionalização do ensino, efetuado logo a

idade escolar e pré-laboral que provém do subsistema da educação Geral, adultos sem qualificações profissionais e trabalhadores sem formação técnica.

seguir a proclamação da independência nacional com a promulgação da lei 4/83 que instituiu o novo sistema de Ensino Moçambicanizado.

No dia 24 de julho do mesmo ano, a educação e outras instituições socioeconômicas consideradas conquistas do povo foram nacionalizadas. O Estado assumiu inteiramente a responsabilidade da planificação e gestão da educação. O que Estado herdou do sistema colonial foi uma reduzida rede escolar, um sistema educacional com objetivos alienantes, enraizados em práticas e métodos autoritários.

Portanto a proclamação da Independência Nacional em 1975, e a realização do III congresso do partido FRELIMO do país, em 1977, foram marcos decisivos na agenda governativa e administrativa do país. As intervenções incidiram na garantia do funcionamento do Estado Novo, sobretudo no desenvolvimento de bases para um projeto educativo propriamente Moçambicano que se refletiu na garantia da formação para um funcionamento acelerado, na manutenção e na gestão das escolas cujos professores e outros quadros haviam abandonado pela ruptura ou declínio do sistema administrativo anterior.

Deste modo para fazer face à explosão escolar a FRELIMO desencadeou uma campanha de mobilização convidando todo aquele que reunisse as mínimas condições para ensinar. Em 1975, O MEC, criou centros de formação de professores primários, cujo requisito de ingresso mínimo era a 4ª classe do ensino primário. Os conteúdos eram didático - pedagógicos, embora houvesse o apelo à formação político-ideológico aos professores em vivência do momento histórico, revolucionário de partido único. (Belchior,1964; citado em Gomes,1996), Assim em 1975-1977, o número de escolas primárias e secundárias aumentou rapidamente. Eram escolas situadas nas vilas e nas cidades mais protegidas de efeitos de guerra civil que teve inicio um ano após a independência nacional, concretamente em 1976.

Para Gomes (1999) as mudanças na estrutura e no funcionamento das escolas estavam inscritos em um documento de gestão escolar designado Organização Política e administrativa das escolas (OPAE) que entre outras ações pretendia desenvolver relações democráticas nas escolas, que se materializou em um projeto sociopolítico não elitizado de fazer da escola a base para o povo tomar o poder. A política educacional consagrava a educação como uma atribuição do Estado, que detinha o papel De diretor, de planificador e de executor da educação e nesse sentido, nacionalização-estatização-democratização

do ensino eram palavras sinônimas, ou seja o lema era assegurar a democratização do acesso à escola.

1.2.A realidade

Para Mosca (2005) A muito poucos professores, na maioria estrangeira, decidiram permanecer em Moçambique. Em consequência disso, a situação caracterizou-se por escolas abandonadas e falta total de professores. Mas porque a educação do povo era condição imprescindível à implantação e sustentação de uma nova ordem social e econômica que urgia instaurar, o projeto de se reconstruir o país ganhou forma, ainda que quase sem recursos tanto humanos como materiais. Para Barata, (1973, citado em Gómez,1999) Dez anos após a independência, no universo escolar, houve um crescimento das escolas secundárias em relação às escolas herdadas. As escolas técnicas de nível básico duplicaram. O número de alunos saindo do ensino primário, quintuplicou no ensino secundário. No ensino superior a evolução foi inversa devendo-se à saída dos filhos dos colonos, pois predominou a universidade Eduardo Mondlane (UEM), a mais antiga e prestigiosa universidade na formação de quadros nacionais

Em contrapartida a grande avalanche a *escola das massas* fruto da descolonização trouxe imensas dificuldades na administração e na gestão pública, sobretudo no sistema educativo, pela exiguidade de recursos humanos qualificados, como professores, aliada também à inexperiência dos poucos formados. Outros fatores de realce nas dificuldades no atendimento de escolas para todos, consistiram na ausência de infraestruturas adequadas, salas de aulas apetrechadas como o mobiliário escolar e a exiguidade de fundos para a abertura de várias necessidades, inclusive para o pagamento de professores, que em momento, trabalhavam como voluntários.

Por essas razões e outras de necessidades de quadros, os Moçambicanos que terminassem os seus estudos no ensino secundário ou médio não davam continuidade aos estudos de graduação e pós-graduação no exterior. E tendo em conta que os primeiros estudantes graduados eram, em sua maioria da elite colonial, a FRELIMO estabelecia uma aliança cuidadosa e desconfiada com esse grupo populacional.

Um avanço significativo deu-se na alfabetização de adultos, já que a educação foi convertida em tarefa de todos, ocorrendo nas empresas, nos bairros, nas aldeias comunais e nas vilas com os grupos dinamizadores. A nacionalização da educação universalizou o acesso aos serviços educativos, mas o desequilíbrio entre a oferta e a

procura fez decair a qualidade dos serviços. Consequentemente, as capacidades das escolas não foram respeitadas, pois os ingressos ocorriam em um sentido centrípeto, campo-escola da cidade, o que, em curto espaço de tempo, se degradou pela fraca capacidade de resposta. Contudo o êxodo escolar verificado beneficiou as escolas da cidade favorecendo o surgimento de escolas elitistas. (pp.234-235).

1.3. Afastamento da Igreja

Para Barbosa (1972, citado em Machel,1977) As estruturas partidárias e os grupos dinamizadores contribuíram e assumiram um particular papel na mobilização popular para a construção de infraestruturas escolares. Em simultâneo, a nacionalização também foi um momento de afastamento da iniciativa privada. Já o Decreto presidencial nº 71/83 atribuía ao MEC, a função de realizar e controlar a administração unitária do Sistema Nacional de Educação, concedendo a autonomia para criar e dirigir estabelecimentos escolares e coordenar a atividade científica.

Uma das medidas tomadas no sistema educativo foi que o ensino na nova república foi nacionalizada, trazendo perante os novos desafios da nova época histórica, como imperativonacional a construção e ampliação da escola reflexiva e a aprendente. Com a nacionalização o ensino passou a ser laico em seus objetivos e foi colocado aos serviços de interesses políticos, animados pela utopia de formar “O Homem Novo” um cidadão ideológico, científico, técnico e culturalmente preparado para realizar as tarefas do desenvolvimento socialista do país. Em consequência, afastou muitos intervenientes no sistema educativo, sobretudo a Igreja Católica que tinha algumas escolas nas zonas rurais, medida que contrariou a procura pela educação, pois as escolas não tinham professores e nem salas para assumir essas funções.

2. O Ensino Técnico na Província da Zambézia: Descrição da situação atual do ensino técnico na província de Zambézia.

Segundo DPCTESTPZ¹ (2015) a província da Zambézia tem dezenove (19) escolas técnicas no sentido geral das quais Seis (6) são públicas, Cinco (5), são comunitárias e Oito (8) privadas. As escolas públicas são: O Instituto Industrial e Comercial 1º de Maio de Quelimane; Instituto Agrário de Mocuba; Escola Básica industrial de Morrumbala; Escola Agrária de Caombe no distrito de Milange; Escola profissional de Mugeba no distrito de Mocuba; e Instituto de ciências de saúde de Quelimane

A nível das escolas Semi-públicas ou comunitárias destaca-se: O Instituto Médio Agro-pecuário de Gurué; Escola Família Agrária de Milevane- Alto Molocué; Escola profissional Frei- Benito de Quelimane; Escola básica industrial de Gurué; e Escola profissional Familiar Rural de Maganja da Costa **A nível das escolas privadas destaca-se:** Instituto Médio politécnico de Quelimane-IMEP- Quelimane; Instituto técnico profissional e Aduaneiro de Moçambique- Quelimane; Instituto Politécnico da Zambézia-Mocuba; Escola provincial da Frelimo-Quelimane; Instituto politécnico de Tecnologia e empreendedorismo- Quelimane; Instituto Medio de informática e Gestão de Gurué; Escola básica Frei Benito de M'bala em Morrumbala; Instituto técnico de Saúde Lugenda.

3.Os problemas principais das escolas técnicas na Zambézia.

Esta informação sobre o ensino técnico na província da Zambézia vem de uma conversa que teve com o senhor Claudino da Piedade, diretor Adjuto pedagógico da escola básica industrial de Gurué e do instituto médio agropecuário de Gurué, realizada no dia 8 de junho de 2022. Para o senhor da piedade os grandes problemas das escolas técnicas a nível da província estão distribuídas em problemas das escolas básicas e problemas das escolas agrárias. Tal igual como no resto do país os problemas das escolas técnicas na província de Zambézia são: Maior parte destas escolas e as infraestruturas físicas estão num estado de degradação; Falta de professores qualificados para docência; falta de laboratórios para aulas práticas; Falta de orçamentos para o funcionamento das escolas; Existência de equipamentos, máquinas, e instrumentos obsoletos ou avariados; Falta de material didático para o ensino.

Problemas típicos para o ensino na Zambézia são: Falta de professores qualificados para docência; Falta de laboratórios para aulas práticas; Falta de orçamentos para o funcionamento das escolas. Nas escolas básicas constata-se pouca afluência da rapariga nos cursos ministrados constituindo assim uma falta de equidade de gênero no ensino. Uma das grandes razões está associada a questões culturais e sobre tudo a natureza dos cursos ministrados como eletricidade, mecânico auto, serrilharia mecânica, carpintaria, que são vistas como cursos só para os homens ou seja este ensino aplica muita força corporal. Para além disso, a formação técnica a nível da família não tem estatura por séries de problemas, como a não motivação na sociedade em relação a outras formações que oferecem oportunidades para o ensino superior. No âmbito das escolas agrárias ocorrem problemas ligadas às aulas práticas, uma vez que parte das escolas não

usam técnicas agrícolas industriais modernas, apostando-se na produção agrícola rudimentar isto é usa-se a enxada de cabo curto abrangendo aulas teóricas na sua maioria.

Com a aprovação do O Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP), houve um apoio de equipamentos a algumas escolas básicas e agrárias como a de Quelimane e Mocuba. Este programa é que modificou o sistema de apetrechamento destas escolas mas verifica-se dificuldade na montagem e manutenção dos equipamentos fornecidos por falta de técnicos. Também na província de Zambézia o orçamento do governo está principalmente virado para as escolas do ensino primário e secundário geral, ou seja, o maior bolo vai para escolas gerais. Com o fim de combater o analfabetismo, falta de divulgação junto da comunidade.

E para aquelas escolas que já existem, falta de instrumentos e meios para que as práticas se efetivem. São muitas escolas técnicas que funcionam como ensino geral, com um défice nas práticas. Falta do alargamento do universo do ensino técnico-profissional. Estão a surgir muitas escolas agrárias, de nível básico como a de Milevane, Milange Claro que têm a responsabilidade de garantir a segurança alimentar. Mas há outras áreas da vida humana: construção civil, hidráulica, agro-processamento, serralharia-mecânica. Um mecânico sem serralheiro, não vai a frente. A serralharia foi entendida como soldadura. Mas não é só isso. Depois da graduação, os técnicos vão às empresas pedir emprego, isto é, estarem ao serviço de outrem em vez de serem criadores de emprego para si e para os outros. Deveriam formar pequenas associações em vista de pequenas indústrias familiares. É assim que o ocidente deu o seu boom.

4.A demanda do Mercado Industrial e doméstico atualmente na Zambézia.

Esta informação sobre a demanda do mercado industrial e doméstico na província da Zambézia vem de uma conversa que teve com o senhor Ernesto Álvaro Mussa, Diretor Adjunto Administrativo da EBIG e do IMAPEG, formado na Escola Industrial e Comercial 1º de Maio Quelimane em 1984-1986 e nível Médio no Instituto Pedagógico Industrial de Nampula entre 1987-1989, realizada no dia 20 de junho de 2022. Refere que os formados das escolas técnicas nomeadamente os de ramo industrial a sua maioria são absorvidos nas empresas públicas e privadas a nível da província da Zambézia tais como **Grupo entreposto Toyota de Moçambique** na especialidade de auto mecânica; Na especialidade de serralharia são absorvidos nas empresas **Caminhos-de-Ferro de Moçambique (CFM)**, **Eletricidade de Moçambique (EDM)** na especialidade de

eletricidade; na especialidade de construção civil são absorvidos pelos privados na área de **Obras Públicas**; Maior parte dos técnicos das escolas agrárias são absorvidas pela **Direção Provincial da Agricultura** em parceria com as empresas privadas que operam na província da Zambézia tais como: Empresa Agrícola Do Rei Do Agro; Empresa Agrícola Quif Energy LDA (Hoyo Hoyo); Empresa Agrícola Múrrimo Macadâmia UP1; Empresa G E F Macadâmia UP11; Empresa Agrícola ATFC-Agricultura De Moçambique; Empresas Chazeiras De Moçambique; Empresa Centro Polivalente Leão Deheo; Empresa Agrícola África- Century; Empresa Chá De Magoma UP8; entre outras empresas na província.

Na parte doméstica pouco nota-se devido a falta de condições financeiras, por parte da maioria dos formados das escolas técnicas porque muitos alunos que aderem este ensino vem das famílias pobres, assim sendo após a formação não conseguem empreender na comunidade na província da Zambézia. A agricultura continua rudimentar porque acarreta vários custos para aquisição de materiais modernas para inovação do campus agrícolas das escolas técnicas na província da Zambézia.

5.A relação dos empresários na Zambézia com o ensino técnico.

O estado não tem uma política para que as empresas privadas que operam no país de forma obrigatória recebessem os estagiários das escolas técnicas por isso há fraco no domínio dos conteúdos aprendidos. A maior parte das empresas privadas estão apostadas em produção e não em formação dos estudantes vindos dos institutos isso vai influenciar negativamente no recrutamento da força de trabalho após o envelhecimento dos trabalhadores existentes. De acordo com Decreto-lei nº 49/2004 de 17 de Novembro os acordos para efeitos de implementação de estágios relacionados com acumulação de estudos, em qualquer nível de ensino. Os estabelecimentos de ensino podem, ao abrigo do disposto na lei do trabalho. Celebrar acordos de estágios diretamente com entidades promotoras.

Os estágios a que se refere são considerados estágios pré-profissionais nos casos em que o referido programa de estágios for comunicado á entidade. A comunicação á entidade que superintende a área de emprego e formação profissional é feita mediante apresentação do acordo entre a entidade promotora e o estabelecimento de ensino por qualquer uma das partes do acordo. (Art. 4º). De acordo com MCTESP (2015) refere que o estágio pré-profissional tem os seguintes objetivos específicos: Complementar,

desenvolver e aperfeiçoar as competências do saber fazer e saber estar dos estagiários. Desenvolver atividades profissionalizantes. Por forma a facilitar o seu recrutamento e inserção no mercado de trabalho; Aumentar o conhecimento prático dos estagiários sobre a evolução tecnológica ou novos conteúdos formativos em determinadas áreas profissionais de modo a permitir a sua integração em novas áreas ocupacionais no domínio da sua formação profissional ou académica; Facilitar o recrutamento e integração de novos quadros nas entidades empregadoras através do apoio técnico prestado na realização de estágios pré-profissionais.

6. Desemprego de formados no Ensino Técnico

Esta informação sobre o Desemprego dos formados no ensino técnico na província da Zambézia vem de uma conversa com o mesmo senhor Ernesto Álvaro Mussa, realizada no dia 20 de junho de 2022. Refere que nas escolas técnicas básicas devido a não existência de graduações dos formados das escolas industriais, porque o seu ensino não oferece estágio consequentemente não há relatório de conclusão do curso, ou seja, por se considerar nível com preparação prática pouco se tem conhecido o destino dos graduados.

O mercado de trabalho oferece poucas oportunidades para os graduados das escolas básicas. Outro fator está relacionado com a idade dos graduados porque a maioria deles graduam sem completar 18 anos de idade para o início de emprego. Para os cursos técnicos no nível médio um pouco dos seus graduados tem emprego. A maior parte das empresas públicas e privadas no quadro de contratação não incorporam técnicos básicos mais sim os médios. Os técnicos agrários do ensino médio têm grandes oportunidades de emprego a nível do governo assim como nos privados. Os técnicos básicos do ramo agrário não são absorvidos. A nível doméstico não existem resultados apreciáveis. Uns e outros conseguem ter o seu próprio emprego a partir do curso. Os do ramo industrial sobretudo auto mecânica, serralharia e construção civil entre outros.

Os do ramo agrário maior parte fazem aviários sobre tudo na criação e venda de frangos, devido a falta de incentivos por parte do governo verifica-se o fraco nível de empreendedores. O nível básico técnico-industrial tornou-se de passagem. O nível básico é de transição para o médio e porque muitas empresas, também, procuram somente técnicos médios. No passado, entrava-se no ensino técnico quer industrial quer agrário com

a idade de 16 anos para terminar a formação com 18 anos e entrar no mercado de trabalho.

O Regulamento das escolas técnicas, no seu artigo 8º diz: *Podem matricular-se no 1º ano de qualquer curso básico os alunos com idade igual ou superior a 15 anos e habilitados com a 7ª classe do SNE ou equivalente.* Porém encontramos em muitas escolas técnicas, alunos a ingressarem com a idade abaixo da mencionada. A única escola que respeita esta idade de ingresso é a Escola Básica Industrial de Gurué.

7. Impacto das reformas e políticas do Governo, desde 1995, no ensino técnico-profissional na província de Zambézia.

Esta informação sobre o impacto das reformas e políticas do governo, desde 1995, no ensinotécnico- profissional na província da Zambézia vem de uma outra conversa que teve com o senhor Claudino da Piedade, realizada no dia 8 de junho de 2022. As reformas do ensino técnico estão a ser implementadas por níveis 1, 2 e 3 isto é, o aluno que tem o primeiro nível é capaz de ter certas habilidades técnicas. Essa política é boa, mais verifica-se grandes dificuldades em relação dos equipamentos para as aulas práticas, isto é as aulas são mais teóricas do que práticas. Na política anterior em que se usava o ensino de módulo clássico era importante porque o aluno tinha todo o conhecimento, com as dificuldades técnicas a nova política de passagem em níveis não está a ser eficiente.

Assim os institutos estão implementar os novos modelos de ensino. No passado para o ingresso no ensino técnico fazia-se a pré-seleção na escola primária concretamente para os melhores alunos, as vagas eram limitadas e os alunos iam por vocação profissional. Atualmente devido às mudanças políticas o processo de ingresso mudou e agora concorre-se, e a idade exigida é de 15 anos para diante e também observa-se um maior número de alunos nas salas motivo este que vai ter implicação nas aulas práticas, a reforma do ensino técnico profissional deve ser efetiva. Deve ver-se como distribuir os diferentes níveis e as idades, sem se quer formar, realmente, técnicos para ingressarem no mercado de trabalho. Os que transformam o país, os verdadeiros fazedores, não são os superiores. Quem suja as mãos no terreno são os elementares, básicos e médios e estes devem ser valorizadores.

8. Políticas do Governo Provincial de Zambézia em relação ao ensino técnico-profissional.

Esta informação sobre políticas do Governo Provincial de Zambézia em relação ao ensino técnico-profissional na província da Zambézia vem também de uma conversa que tive com o senhor Claudino da Piedade realizada no dia 8 de junho de 2022. As políticas no ensino técnico são desenhadas a nível nacional. As direções provinciais recebem os planos e fazem cumprir. Mas não fazem esforços para adaptar os planos do governo à realidade da província, ou seja pouco se nota contactos com os empresários locais para recepção dos técnicos básicos industriais nas práticas e na aquisição de emprego, e também não existem documentos das políticas adaptadas há realidades da província.

Outra política desenhada pelo Governo Central é a formação em Competência, isto é, o alunotem que passar de nível 1 para 2 com habilidades técnicas e teóricas. Mais não vai de acordo com a realidade da província, porque há total envasamento da aplicação devido aos problemas no ponto anterior.

Considerações Finais

Com base naquilo que foi traçado para materialização desta pesquisa que tem como ponto focal as responsabilidades do Governo Provincial em relação às escolas técnicas na província, após todo trabalho feito concluiu-se que:

A: Em relação às responsabilidades e poderes do Governo da Província da Zambézia em relação ao ensino técnico na província, podemos, na base da nossa pesquisa concluir que o Governo Provincial: As políticas no ensino técnico são desenhadas a nível nacional, as direções provinciais recebem os planos e fazem cumprir, mas não fazem esforços para adaptar os planos à realidade da província; O Estado em coordenação com as direções províncias não tem políticas para que as empresas privadas que operam no país e nas províncias recebam os estagiários das escolas técnicas o que faz com que haja fracasso no domínio dos conteúdos; O Governo Provincial não tem meios para cumprir a sua missão devida os escassos recursos financeiros, por outro a falta de pertinência vocacional por parte dos jovens e pais encarregados de educação não motivam os seus filhos a aderir o ensino técnico; O Governo não faz memorandos para coordenar empregos para os técnicos formados nos institutos dentro da província, por isso o trabalho técnico é deficiente.

B: Em relação aos conhecimentos e a motivação do governo da província da Zambézia podemos concluir, na base das respostas da nossa pesquisa que o Governo Provincial: Tem o conhecimento da existência dos seguintes problemas a falta de

informação, de participação da comunidade na gestão e construção escolar, da organização de jornadas de pesquisa para identificar inovações tecnológicas e arbitrar a sua monitoria; Tem o conhecimento que as condições nas escolas técnicas são degradadas, há falta de equipamentos e material didático; Reconhece que há falta de inserção social e profissional dos cursos adquiridos pelos formados por isso verifica-se maior número de desempregados na província.

C: Em Geral, a opinião dos executores do ensino técnico sobre o funcionamento do governo provincial é, baseada nas suas respostas: O Governo Provincial funciona como executiva das políticas do Governo Nacional ao nível da província e não tem espaço, nem poder, para desenvolver próprias políticas e praticas ao nível da província; O Governo Nacional funciona no contexto de centralização dos seus poderes, as escolas, as direções Provinciais, e distritais não desenvolvem ideias devido á colaboração direta com as políticas nacionais; As escolas só dependem do fundo do Estado, não existem parceiros, ou seja o governo não tem tido memorandos com empresariado local para reabilitar e apetrechar as escolas e no fim acolher os técnicos dessas mesmas escolas; O Governo Provincial não tem, por exemplo encontros de auscultação com os professores, alunos, líderes comunitários para avaliar o desenvolvimento do ensino técnico e seu impacto na comunidade,concluindo podemos dizer que a hipótese, formulado é verdadeira. A pesquisa sugere que: O Governo de Moçambique deve restaurar os institutos pedagógicos do ensino técnico que estão em falta na qualificação dos professores, e estes deviam ser distribuídas a nível regional no apoio da formação técnico-profissional dos docentes; O Ministério deve criar nas instituições de ensino técnico estruturas de apoio na vertente psicológica que possam acompanhar os estudantes apurados para fazer um determinado curso técnico; Cada escola deve dar cursos de acordo com as condições e necessidades do desenvolvimento do seu território; O Governo provincial possa contribuir para formação de cidadãos profissionalmente competentes, empreendedores e por outro, tomar as empresas e a economia moçambicana mais competitiva no contexto da integração regional e dos desafios impostos pela globalização é necessário que sejam redobrados os esforços para a formação dos professores do ensino técnico, a reabilitação das escolas, apetrechamento das oficinas, laboratórios e bibliotecas e o reforço dos mecanismos de financiamento destas escolas; Para que o ensino técnico profissional contribua de forma eficaz e eficiente para o desenvolvimento da província da Zambézia é necessário que se ministrem cursos estratégicos alinhados com prioridades da província e que se consolidem

as instituições já existentes; O Governo Provincial em relação a motivação dos pais e jovens devem divulgar as políticas, as estratégias, os planos e programas de desenvolvimento do ensino técnico profissional; O Governo deve criar vagas de emprego em cada fim do ano para o melhor estudante de cada instituto técnico, dar bolsa de estudos para o melhor aluno de cada escola básica; O Governo deve criar possibilidades aos graduados encorajando – os em formar associações em cada distrito para assistir o mercado industrial; O Governo deve criar centros de exames de admissão para cada ramo com disciplinas próprias do ramo, por exemplo, a mecânica de automóveis pode não ter muito a ver com a física.

Referências

- BARBOSA, A. (1972) problemas do ensino nas Missões em Moçambique, in” **Missão e vida**” n.21 Maio-Junho. p.32-49.
- BARATA, J. (1973). **Perspectivas da educação no IV plano de fomento de Moçambique**. Lourenço Marques: Texto Editora.
- BELCHIOR, M. (1966). **Moçambique curso de extensão universitária ano lectivo 1964-1965, evolução política do ensino em Moçambique**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- DPCTESTPZ (2015). **Informe por ocasião da visita de S. Excia o Ministro da CTESTP**, Quelimane: STP.
- DOMINGOS, A. B. (2015) A educação e as organizações democráticas em Moçambique: experiências da Revolução popular. **Praxis educativa**, ponta grossa, v.10,n.1,p.227-251, Jan/Jun. disponível em http://www.revista2.uepg.br/index.php/praxis_educativa.
- GOMES, R. (1996). **Percursos da educação colonial no estado Novo (1950-64) para uma Historia da educação colonial**. Lisboa/ porto, António Novoa, Marc Depaepe, Erwin.V.Johanningneier, Diana soto Arango (eds), p.153-163.
- MACHEL, S. (1977), **Estudemos e façamos os nossos conhecimentos um instrumento de libertação do povo, departamento do trabalho ideológico**. Maputo: Texto Editora.
- MCTESTP (2015). **Reforma da Educação Profissional: Proposta de Texto para Incluir na Informação ao Governo**. Maputo: MEC.
- MOSCA, J (2005). **Economia de Moçambique, século XX**, Lisboa: Instituto Piaget.
- Moçambique. **Lei nº 4/83 de 23 de Março e aprovado pela resolução nº 11/ 81 de 17 de Dezembro**. Maputo: Assembleia da República de Moçambique

Rodrigues, E. et. al. (2008). **Diagnóstico de género nas instituições de PIREP**. Maputo: s.e.

ROBATE, S. A (2006). **Currículo de formação de professores primários na disciplina de língua portuguesa em Moçambique: um repensar de seus fundamentos teóricos**. Piracicaba, São Paulo.

Recebido em: 11/02/2023

Aceito em: 05/05/2023

Para citar este texto (ABNT): ALEXANDRE, Adolfo. Os desafios políticos para o desenvolvimento do ensino técnico básico e médio na Província da Zambézia-Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº Especial I, p.35-49, mai. 2023.

Para citar este texto (APA): Alexandre, Adolfo.(mai.2023). Os desafios políticos para o desenvolvimento do ensino técnico básico e médio na Província da Zambézia-Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (Especial I): 35-49.